



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais  
IFSULDEMINAS

ATA Nº5/2023/CAMEN/IFSULDEMINAS

ATA

Ao primeiro dia do mês de novembro, do ano de dois mil e vinte e três, às oito horas, por meio da plataforma Meet/Google reuniram-se os membros da Câmara de Ensino (CAMEN) para reunião ordinária, sob a presidência da Diretora de Ensino Márcia Rodrigues Machado para discutirem a pauta oficiada na convocação. 1- Aprovação da ata da reunião da CAMEN de 7 de junho de 2023. 2- Análise da proposta de criação do curso Técnico em Planejamento e Controle da Produção na modalidade EaD. 3- Análise da proposta de alteração de projetos pedagógico dos seguintes cursos: Campus Muzambinho com os cursos de Engenharia Agrônoma, Técnico em Segurança do Trabalho, Técnico em Meio Ambiente e Técnico em Enfermagem; Campus Poços de Caldas com os cursos Técnico em Edificações, Tecnologia em Gestão Ambiental, Bacharelado em Administração, Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio, Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, Técnico em Eletroeletrônica Integrado ao Ensino Médio, Técnico em Eletrotécnica e Técnico em Desenvolvimento de Sistema; Campus Passos com o curso de Licenciatura em Matemática; Campus Inconfidentes com o Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio. 4- Minuta de alteração da Resolução CONSUP Nº 031/2014 - Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções das Bibliotecas do IFSULDEMINAS. 5. Minuta de alteração da Resolução CONSUP Nº 016/2023 - Regimento do Sistema de Biblioteca - SIB do IFSULDEMINAS. 6. Minuta de criação - Manual de normalização de trabalhos acadêmicos do IFSULDEMINAS. 7. Calendários Acadêmicos 2024 dos campi Carmo de Minas, Inconfidentes, Machado, Muzambinho, Pouso Alegre, Passos e Três Corações. Participaram da reunião os seguintes membros e convidados, Carmo de Minas: Natália Rodrigues Silva, Marcela Lopes Gomes, Luiz Gustavo de Mello, Thalita Ferreira Menegassi de Souza e Enéas Sperle Mathias Conde Neto; Inconfidentes: José Roberto de Carvalho e Fernanda Aparecida Leonardi; Machado: Fabiana Lucio de Oliveira e Fabio Brazier; Muzambinho: Hugo Baldan Junior, Geraldo Gomes de Oliveira Júnior, Evane da Silva, Luciana Maria Vieira Lopes, Vânia Cristina Silva, Milene Dias Ferreira Magri; Passos: Pâmela Tavares de Carvalho, Bruna Bárbara Santos Bordini e Maria Concebida Pereira; Poços de Caldas: Mateus dos Santos, Eduardo Henrique Duarte De Oliveira, Sylvana Cardoso da Silva e Almeida, Paulo Muniz de Ávila, Sabrina Rodrigues Sousa, Andrea Margarete de Almeida Marrafon, Luiz Carlos Branquinho Caixeta Ferreira, Fernando Araújo de Andrade Sobrinho, Paulo Cesar Domingues, Robson Tomas, Yull Heilordt Henao Roa e Beatriz Aparecida da Silva Vieira; Pouso Alegre: Thiago Alves de Souza, Aidalice Ramalho Murta, Samuel Santos de Souza Pinto, Marcel Freire da Silva e Josué de Toledo; Três Corações: Bruno Rezende, Virgínia Castro e Crisiane Rezende Vilela de Oliveira; Reitoria: Fábio Machado Ruza, Rosimeire Ribeiro e Luiz Carlos Dias da Rocha. A presidente da CAMEN agradece a participação de todos os membros e convidados. A presidente informou que não foi possível a confecção da ata da reunião do dia 7 de junho de 2023, a qual será apresentada na próxima reunião. Foi informado aos membros da Camen sobre a importância de se conferir os catálogos nacionais dos cursos técnicos e superiores de tecnologia, especialmente em relação a carga horária mínima dos cursos para que a formação do discente atenda a legalidade e a definição do perfil do egresso, pois a diretriz curricular nacional expressa que ele precisa constar no histórico escolar do discente. Após o esclarecimento de dúvidas, foi solicitado que a segunda colação de grau ocorra até 31 de julho ou até meados de agosto. Esse direito precisa ser garantido aos estudantes, independente do curso estar vinculado ou não ao ENADE. Especialmente, sobre o ENADE, se ele não colar grau até o último dia de retificação das inscrições ele participará da prova, podendo ser diplomado apenas após o exame. Uma colação de grau por gabinete resolve, também, essa situação. Iniciando a pauta que trata da criação de cursos, Thiago, representando o curso, explicou os motivos para criação do curso Técnico em Planejamento e Controle da Produção na modalidade EaD, o levantamento de demanda respondido por 1.029 participantes, a importância do curso para área da administração do campus e as principais definições curriculares e a carga horária de 800 horas. Explicou, ainda, que as sugestões do GT DIREN foram atendidas e

justificadas, especificamente o motivo de não ter a assinatura dos professores da área da informática e de segurança do trabalho que atuarão no curso, pois ambas as áreas se comprometeram a contribuir com o curso, mas definirão os docentes na época da oferta. Márcia ressaltou que o PPC está coeso, elogiou a forma de organização do histórico de alterações e a previsão da adoção das saídas intermediárias. Ressaltou, porém, que é preciso definir o perfil do egresso do assistente de planejamento e controle de produção. Thiago explicou ter dúvidas, pois o Catálogo Nacional de Cursos não faz essa previsão. Fábio respondeu destacando que realmente o Catálogo não possui essa previsão, cabendo consulta à CBO e a construção dessa definição. O GT Diren se manifesta de forma unânime pela aprovação. A CAMEN aprovou o curso por unanimidade. Prosseguindo a pauta da alteração dos projetos pedagógicos de cursos, iniciou-se a discussão do PPC do curso de Engenharia Agrônoma do Campus Muzambinho. Luciana explicou as principais alterações, enfatizando a flexibilização no prazo para início do estágio, o que possibilitaria a antecipação da conclusão do curso. Elisângeli, representando o GT Machado, explicou que as sugestões feitas foram atendidas. Fábio fez uma análise pontual do PPC, explicando que na matriz de transição tem um equívoco na somatória da disciplina de extensão rural e ajustar a carga horária de extensão, pois ela precisa ter 10% da carga horária do curso e uma recomendação de copiar o artigo 6º da Diretriz Curricular do Curso referente ao perfil do egresso. Luciana manifestou que iria verificar. O GT Machado se manifestou favorável à aprovação e a CAMEN, também, aprovou de forma unânime. Passou-se a apreciação do PPC do curso Técnico em Segurança do Trabalho de Muzambinho, sendo representado por Geraldo que explicou como principais mudanças a utilização dos 20% da carga horária EAD, redução da carga horária do estágio e a reorganização de algumas disciplinas. O GT Poços de Caldas foi representado pela Andrea, destacando que as sugestões foram atendidas e a metodologia do PPC está excelente. Fábio recomendou que verifique a carga horária total do curso na matriz de transição. O GT se manifestou favorável à aprovação e a CAMEN aprovou a alteração do curso por unanimidade. Passou-se a apreciação do PPC do curso Técnico em Meio Ambiente EAD de Muzambinho, sendo representado por Fabrício. Foi realizado um ajuste do público do curso, prevendo o limite de 40% para aproveitamento, considerando que muitos discentes já atuam na área ou têm formação. O GT Poços de Caldas foi representado pela Andrea, informando que as recomendações foram atendidas e a CAMEN aprovou a alteração do curso por unanimidade. Passou-se a apreciação do PPC do curso Técnico em Enfermagem do Campus Muzambinho, sendo representado por Milene. Explicou que foi proposto a ampliação de 30 para 40 vagas no curso. O GT Passos foi representado pela Bruna e Maria Concebida, explicando que o arquivo do PPC estava com problemas na formatação e outros aspectos das legislações. O GT informou que ocorreu um equívoco no envio da segunda versão do PPC. Hugo explicou que o equívoco foi dele no envio da última versão do PPC. Fábio ressaltou a necessidade de ajustar o perfil do egresso do PPC, sendo explicado pela Milene que essa alteração ocorreu na última versão. O GT é favorável à aprovação, solicitando apenas o envio da última versão para uma conferência final. A CAMEN aprovou a alteração do curso por unanimidade. A pedido da presidente da CAMEN, o Pró-reitor de Ensino Luiz Carlos deu as boas vindas aos presentes e aproveitou para enfatizar a relevância do estágio supervisionado obrigatório para o processo formativo dos estudantes, inclusive sempre identificou posicionamento positivo dos discentes nos relatórios de estágio. Passou-se a apreciação do PPC do curso Técnico em Edificações subsequente do Campus Poços de Caldas, sendo representado por Paulo César. Como modificações foram realizadas a inserção da carga horária EAD e a subtração do estágio supervisionado obrigatório, além disso, expresso que as modificações realizadas pelo GT foram atendidas. Aidalice representando o GT Pouso Alegre parabenizou a coordenação do curso pelo PPC e manifestou-se favoravelmente à aprovação. Fábio solicitou analisar o perfil do egresso, utilizando o teor textual da nova versão do CNCT e realizar a conversão da carga horária decimal para minutos. A CAMEN aprovou a alteração do curso por unanimidade. Passou-se a apreciação do PPC do curso Técnico em Edificações subsequente do Campus Poços de Caldas, sendo representado por Paulo César. A coordenação informa que a intenção foi de atender os estudantes trabalhadores com a inserção da carga horária EaD o que permitirá que não ocorram aulas às sextas-feiras, informou também sobre a retirada do estágio em decorrência da dificuldade dos estudantes conseguirem empresas para estagiar. O GT Campus Pouso Alegre, representado pela professora Aidalice que destaca a importância da participação da CAMEN para além de sua participação em outros segmentos como NAPNE e coordenação de curso. Ela informa que as orientações colocadas pelo GT foram atendidas e que o parecer será enviado posteriormente à reunião. O GT parabeniza pelo trabalho realizado pela coordenação do curso. Fábio aponta a importância de citar o perfil do egresso de acordo com o catálogo. Pede para que haja a conversão da carga horária decimal para minutos e por fim, um apontamento a respeito da distinção de aulas teóricas e práticas vincular por carga horária. Antes de adentrar na próxima pauta, Josué questiona se existe a possibilidade de ampliar o prazo de análise pelo GT-CAMEN. Márcia explicou que essa organização advém do cronograma dos demais órgãos colegiados. A câmara aprovou a alteração do PPC. Mateus pede licença se poderiam inverter a apresentação para atendimento de horário de aulas do professor. Passou-se para o curso Técnico em Eletroeletrônica Integrado ao Ensino Médio. Luizinho pede a palavra para demonstrar a preocupação com o estágio não obrigatório. Ele destaca que seria importante que a coordenação primasse para que os estudantes realizem o estágio. Mateus destaca que o campus faz o acompanhamento do estágio, inclusive o campus faz a amostra de estágio. Ele destaca que o

estágio por vezes, tem sido precarizado ou torna-se motivo de retenção dos estudantes. Talita pede a palavra sobre a dúvida da carga horária EaD. Fábio esclarece que as atuais DCN não prevêem carga horária diária. O coordenador, professor Fernando informa que foi retirado o estágio obrigatório, inclusão de nova disciplina optativa e demais revisões. Márcia informa que foram responsáveis como GT Diren e as questões apontadas foram acatadas. A câmara aprovou a alteração do PPC. Luizinho pede a palavra e reitera a preocupação em relação ao estágio. O próximo curso será Tecnologia Ambiental. Sabrina informa que foram feitos ajustes na matriz curricular a partir de sua avaliação e dos docentes. Foi acatado orientação do DDE para a inclusão de carga horária EaD e outras mudanças de exclusão e inserção de disciplinas. A opção do curso foi por permitir que o estudante opte por fazer ou TCC ou estágio. Ela informa que as correções foram feitas de acordo com as sugestões do GT. Márcia informa que o GT Diren contou com as análises da Maria Inês. Márcia destaca que a proposta é inovadora e entendem que os dois componentes curriculares são desafiadores para a conclusão do curso. Ela destaca que pedagogicamente é preciso analisar qual o efeito desta decisão, em especial pela retirada do estágio obrigatório. Ela entende que é um tema importante que precisa ser analisado pela instituição. Sabrina informa que o PPC prevê que o estágio pode ser feito a partir do segundo período do curso com defesa no final do curso. Ela informa que o regulamento vem sendo melhorado para que o TCC possa ser feito em forma de artigo e se no caso do estágio, além da mostra o estudante pudesse apresentar para a banca. Ela informa que concorda com Luizinho e que na sua graduação fez estágio e TCC. Ela informa que têm duas estudantes estagiando na nova secretaria do meio ambiente da cidade e eles têm estabelecido uma boa relação com essa secretaria. Também têm boa relação no Jardim Botânico para estágio. Ela informa que o trabalho tem sido feito para que o mercado entenda o que vem a ser um tecnólogo. Ela conclui que têm oito estudantes pendentes desde o início do curso, que não entregaram apenas o TCC para concluírem o curso. Eles têm feito um trabalho de resgate desses estudantes. Márcia agradece o trabalho da professora. Mateus complementa que a professora veio de outra instituição e destaca o trabalho dela. Ele informa que têm dado total apoio para as propostas encaminhadas pelo curso. Ele destaca a importância de entender o perfil dos estudantes. O parecer do GT Diren foi favorável. A câmara aprovou a alteração do PPC. Luizinho parabeniza a decisão e também pelo acompanhamento da proposta. Fábio retoma a questão da carga horária dos cursos presenciais. Ele informa que na versão on line não há vinculação com a carga horária diária. A versão PDF do catálogo que foi acessada não é a mais atualizada. Ele reforça que a versão atualizada do PDF do catálogo não faz previsão da carga horária diária. Desta forma, está correto que o percentual EaD não esteja vinculado a carga horária diária. O próximo curso é o Bacharelado em Administração. Mateus informa que o coordenador não pôde entrar na reunião mas que tem ciência da proposta e também contam com a participação da professora Sylvana. Ele informa que o curso foi criado em 2021 em substituição à Gestão Comercial. É a primeira alteração e passará em 2024 por reconhecimento. A primeira motivação foi a atualização das referências bibliográficas, o que seria uma alteração simplificada. No entanto, ao identificar que as DCN do curso foram alteradas demandou mais correções. O GT fez várias recomendações de melhoria de redação do texto e também sugeriu o acréscimo de mais informações sobre a extensão. Ele informa que o curso já nasceu dentro da nova característica da curricularização. Já têm relato que tem funcionado de forma positiva. Sylvana informa que atua no curso técnico em administração integrado e subsequente e também é a coordenadora do dois cursos. Ela entende que a fala do Mateus está correta e acredita que o coordenador informou que todas as solicitações do GT tinham sido cumpridas. O GT Carmo de Minas, representado pelo Gustavo, informa que fizeram a análise e entende que é um PPC em fase final de integralização e inclusive foi avaliado pelo ENADE 2022. É um curso com bastante qualidade em relação às disciplinas e perfil de formação. É perceptível que é um curso que proporcionará aos alunos um ingresso no mercado de trabalho de forma competente. Ele informa que a maioria das considerações foram atendidas, mas algumas não foram identificadas, em decorrência do tempo curto de tramitação. Ele destaca três apontamentos: o que justificou a alteração do PPC foi a adequação às novas diretrizes, no item 9 e 9.1 não evidenciam o atendimento da nova diretriz que diz respeito ao perfil do egresso. Eles recomendam que essa adequação seja feita para o CEPE. Outra solicitação é sobre as referências bibliográficas que não foram atendidas. Outra questão é como serão realizados os registros das atividades EaD. Há uma inconsistência no item 15.1, sobre média ponderada. O GT emite parecer favorável pela alteração do PPC e destaca a importância de atender essas questões. No mais é um curso muito bom. A Professora Sylvana agradece e encaminhará ao coordenador. Fábio fez algumas sugestões ao PPC. Uma delas é uma verificação da carga horária da curricularização da extensão. Identificou também, sobre a necessidade de revisão da carga horária de alguma disciplina optativa. Corrigir a resolução do NDE. A câmara foi favorável à aprovação. Passou-se para o curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio A coordenadora Sylvana, esclarece que o campus apresenta o curso integrado, subsequente e o bacharelado. Até pouco tempo tinham também uma pós em gestão empresarial. Ela destaca que esse fato exige especial atenção às ementas de cada curso atendendo especificamente a faixa etária, ao perfil do egresso e as questões que aparecem ao longo da operacionalização dos cursos. Ela informa as principais atualizações realizadas vindos de falas de alunos e sombreamentos de disciplinas. Ela informa que os estudantes responderam a questionário e trouxeram a dificuldade em realizar o estágio obrigatório e isso foi discutido. Ela é favorável ao estágio mas não de forma

obrigatória. As disciplinas do projeto integrador foram alteradas para uma maior prática profissional para trazer de forma interdisciplinar para dar o olhar integrador do mundo do trabalho e também na formação cidadã. Reduziram a carga horária do curso de acordo com o catálogo nacional de curso. O GT Três Corações foi representado pelo Bruno e é favorável à alteração do PPC. A câmara aprova a alteração do PPC. Luizinho destaca sua posição em relação ao estágio e torce para que os estudantes optem por fazer o estágio não obrigatório. Sylvana informa que a Coordenação de Extensão faz um bom trabalho na divulgação de vagas. Passou-se para o curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio. O coordenador Luiz Carlos Branquinho indicou que foram feitos ajustes pontuais e algumas disciplinas foram alteradas na carga horária e período de oferta. Ele informa que atendeu o que foi pedido pelo GT. O GT Muzambinho, representado pelo Hugo, informou que todas as sugestões foram atendidas e o parecer é favorável. Fábio informa que é necessário fazer a conversão de decimal para minutos. Ele destaca que há um perfil do egresso muito bom, mas ele recomenda que seja copiado o catálogo. A câmara aprova a alteração do PPC. Passou-se para o curso Técnico em Eletrotécnica Subsequente. O coordenador Yull Heilordt informou que a intenção foi trazer novas disciplinas e inovações. Foram colocadas disciplinas com carga horária EaD e, como são estudantes trabalhadores, isso poderá ajudá-los, quando será possível a concentração de aulas de segunda a quinta-feira. Também o estágio foi alterado para não obrigatório. Ele informou que atendeu as sugestões do GT. Márcia informou que as alterações foram atendidas, houve apenas uma questão sobre a metodologia da carga horária EaD. O coordenador informou que foi incluído um parágrafo. O GT Diren foi favorável. Luizinho pede a palavra para manter suas orientações sobre o estágio. Ele destaca que é preciso retirar a citação lei 11778 e destaca que não está havendo uma mudança do estágio obrigatório para o não obrigatório, os PPC estão excluindo o estágio obrigatório. Passou-se para o curso Técnico em Desenvolvimento de Sistemas. O coordenador Paulo Muniz informa que o objetivo foi alterar a carga horária do curso para atendimento ao catálogo nacional de cursos técnicos. Ele agradece ao GT e informa que procurou atender as orientações do GT. O GT Diren destaca que as informações sobre as formas de acesso e matrícula devem estar alinhadas ao edital do processo seletivo a fim de que não haja informações desencontradas entre edital e PPC. O GT foi favorável à alteração do PPC. A câmara foi favorável à alteração. Mateus esclarece sobre as ações após a CAMEN. Passou-se para o curso Licenciatura em Matemática, Bruna está representando a coordenação. Ela informa que a alteração diz respeito à inclusão da carga horária da extensão. Foi um aprimoramento da organização desta carga horária. As revisões solicitadas pelo GT foram sobre formatação. Fernanda representou o GT Inconfidentes e confirma que realmente foram correções de formatação e são favoráveis à alteração. Passou-se para o curso Técnico em Alimentos Integrado ao Médio. A coordenadora Mariana informa que procurou atender as correções sugeridas pelo GT Muzambinho. O GT Muzambinho parabeniza o trabalho da coordenação e são favoráveis à aprovação. Fábio aponta sobre a conversão da carga horária decimal em minutos e também a citação do perfil do egresso alinhada ao catálogo. Mariana informa que as duas recomendações já foram atendidas. A câmara aprovou a alteração do PPC. Passou-se para o Bacharelado em Engenharia Civil. O coordenador Samuel informou que fizeram redução da carga horária do curso de 200 horas. Foram inseridas 10% de carga horária para curricularização da extensão. Foram reduzidas disciplinas optativas. Algumas disciplinas foram inseridas e criaram pré-requisitos para algumas disciplinas. Realizaram alterações sugeridas pelo GT. O GT Diren indica que ainda há alguns pequenos ajustes que devem ser realizados. Márcia pede ao coordenador explicar sobre a previsão de pré-requisitos. O coordenador informa que alguns professores identificaram que há algumas disciplinas em que o estudante fica reprovado e prossegue para o outro período e eles acabam não sendo aprovados também. Márcia recomenda que essa decisão seja acompanhada para que o curso entenda se a decisão vai produzir os resultados esperados. O coordenador destaca que há alguns estudantes que não conseguem avançar em alguma disciplina e acabam transferindo para outra instituição, o que causa muita frustração. Márcia coloca a Diren para colaborar em discussões e apoio junto aos professores do curso. O coordenador agradece e informa que está aberto para receber orientações para melhorar o curso para atendimento da região. Fábio compreende o estabelecimento do pré-requisito mas evidencia que disciplinas bases que seja feito força tarefa para oferta semestralmente, ou que seja ofertado dependência, dependência orientada para que este estudante não precise aguardar um ano para realizar a disciplina e assim não comprometer o tempo de integralização do curso. O coordenador concorda que disciplinas com alto número de reprovação deveriam ser ofertadas semestralmente. Luizinho reitera as falas colocadas e entende a relevância do curso. Ele pede para que o coordenador relate como foram as discussões sobre a curricularização da extensão. Samuel informa que a opção foi por colocar a extensão em sete disciplinas. Não têm claramente, as formas como serão abordadas. Tinham pensado em feira de TCC com exposição dos trabalhos, eventos como estágio, promover parceria com a prefeitura. Marcel complementa que estão à disposição sobre as medidas implementadas. Quanto à curricularização eles já têm uma proposta de mostra da curricularização para validação das atividades. Luizinho sugere que as disciplinas de extensão sejam atreladas às disciplinas de cada semestre. Marcel agradece ao professor Samuel pelo trabalho feito na coordenação e na atualização do PPC. Márcia informa que o parecer do GT é favorável. A câmara foi favorável à alteração do PPC. Márcia dá boas-vindas ao Marcel por assumir o cargo como DDE. Márcia parabeniza os cursos que passaram por avaliação do ENADE e destaca o curso Tecnologia em Design de Moda que obteve

nota cinco tanto na avaliação do INEP e agora no ENADE. A reunião foi interrompida para o almoço. No retorno do almoço, Márcia dá as boas vindas, dando continuidade à pauta com três documentos encaminhados pela coordenação de biblioteca e pelos bibliotecários, e por último, os calendários acadêmicos de sete campi. Os calendários, para quem não compreendeu a dinâmica, eles são propostos, vem para o GT, fica com o GT Diren que analisa, devolve para o DDE que faz as correções e apresenta na reunião, assim todos ficam conhecendo o formato do calendário de todos os campi e votamos por sua aprovação. Fábio apresenta a lista de presença no chat para que todos assinem. Na sequência a palavra foi passada para a coordenadora Geral de Biblioteca, Rosimeire Ribeiro. Ela apresentou a minuta de alteração da resolução 31 de 2014 que trata da política de formação da coleção e desenvolvimento das bibliotecas do IFSULDEMINAS. Apresenta os três documentos que são alteração de duas resoluções a partir das melhorias implementadas e o outro documento é o manual de normalizações para que possamos ter um documento institucional conforme prevê o instrumento de avaliação do MEC e os cursos possam desenvolver seus trabalhos adequadamente tendo uma regra a seguir. A bibliotecária Beatriz, do Campus Muzambinho, fala da Política de formação da coleção em vista da adequação da realidade que hoje está posta. Um dos principais objetivos é incorporar o acervo literário tanto nacional como internacional que antes não estava previsto e fortalecer o acervo com ênfase nas temáticas de história e cultura indígena, afro-brasileira e de gênero, acréscimo que foi feito no capítulo de acervo. Outra questão colocada, foi a retirada dos periódicos físicos e deixou somente os periódicos virtuais com preferência para os que estão no Portal da Capes e outras bases de dados gratuitas e retiramos também apostilas, CDs e DVDs. Outra modificação substancial foi da seleção no capítulo da seleção quantitativa, detalhando a bibliografia básica e complementar, em vista da avaliação do MEC que deixam algumas dúvidas e ainda mais com as restrições normativas não falar do quantitativo de exemplar que precisa ser seguido e a forma que vai ser avaliada, assim detalhamos mais a bibliografia com o objetivo de atender a demanda de empréstimos domiciliares e às exigências decorrentes de avaliação de cursos pelo MEC. Entende-se aqui como bibliografia básica todo o material essencial para o desenvolvimento da unidade curricular, como o conjunto de materiais informacionais, e de leitura essencial e obrigatória, previsto no plano de curso de cada disciplina. Cabe ao professor da disciplina e/ou a coordenação do curso a indicação da bibliografia básica e ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) juntamente com a biblioteca referendar o quantitativo dos exemplares de cada unidade curricular. Quanto aos livros da bibliografia básica, o quantitativo deve ser explicitado no Plano de Contingência e sempre que possível utilizar os parâmetros para obter o Conceito 5 da avaliação do MEC, considerando o número de vagas ofertadas”. Essa foi nossa definição. E quanto a Bibliografia Complementar definimos: A bibliografia complementar é o conjunto de materiais informacionais que complementam as unidades curriculares (não pertencentes à bibliografia básica), que servem de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, bem como ao desenvolvimento e à atualização das atividades administrativas. Cabe ao professor da disciplina e/ou a coordenação do curso a indicação da bibliografia complementar e ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) juntamente com a biblioteca referendar o quantitativo dos exemplares de cada unidade curricular. Quanto aos livros da bibliografia complementar essa política estabelece ser possível utilizar livros presentes nas Bibliotecas Virtuais que o IFSULDEMINAS tenha contrato vigente. Com essa definição, acreditamos que haverá um melhor direcionamento principalmente na construção e alterações dos PPCs, mais um mecanismo e se é possível mais uma ferramenta que são as bibliotecas virtuais. Outra coisa que modificou foi sobre os trabalhos acadêmicos previstos no artigo 13. Os trabalhos acadêmicos (TCC, artigos, dissertações e teses) serão incluídos, integralmente, em arquivo PDF, no catálogo on-line ou em um repositório da Instituição, com consentimento do autor, mediante assinatura do Termo de Autorização de Publicação Eletrônica de Trabalhos Acadêmicos nas Bibliotecas, via Suap, que permite a liberação dos direitos autorais à Instituição. Não serão incorporados aos acervos: a) apostilas; b) livros didáticos do Plano Nacional do Livro do Ensino Médio. Os livros didáticos são bens consumíveis a serem utilizados por alunos e professores beneficiários do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD); c) catálogos e panfletos de ferramentas e equipamentos; d) panfletos com finalidades diversas (propaganda, orientações gerais, divulgação de programas de saúde e/ou sociais, etc). A distribuição, guarda e controle do livro didático não é responsabilidade da biblioteca. Seguindo no capítulo 14 da aquisição, ela informa sobre compra, permuta e doação - É o processo de obtenção de itens do acervo da biblioteca. Existem três modalidades de aquisição: compra, permuta e doação. I. **Compra**: o processo de compra de materiais informacionais será realizado através de licitações e/ou compra direta por inexigibilidade, obedecendo à legislação específica; II. **Permuta**: consiste em trocar obras em duplicatas com outras bibliotecas congêneres, com o objetivo de enriquecer o seu acervo. A permuta poderá ser realizada entre as bibliotecas do SIB-IFSULDEMINAS, mediante anuência da direção dos *Campi* envolvidos e efetuando a transferência do registro de patrimônio, junto ao setor responsável; III. **Doação**: a biblioteca poderá dispor das doações recebidas por pessoas físicas, associações, grêmios estudantis e cooperativas escolares, incorporando-as ao acervo caso estejam adequadas às diretrizes deste documento. O bibliotecário responsável poderá doá-las, permutá-las ou, até mesmo, descartá-las. Os critérios para seleção de doações são os mesmos utilizados para a seleção de material adquirido por compra, descritos anteriormente. Além desses critérios serão observados também os seguintes aspectos: estado de conservação do material; atualização do material; pertinência ao acervo. Livros

provenientes de negociação de multa se encaixam na modalidade Doação. § 1º. Toda e qualquer doação incorporada ao acervo, não poderá ser devolvida. É necessário que o doador preencha e assine o Termo de Doação de Materiais presente no Suap); § 2º. Toda obra adquirida deverá ser patrimoniada. Foram colocados no artigo 18 e 19 sobre o desbasteamento e no 20 o descarte. E a novidade dos descarte é que vamos priorizar as cooperativas de reciclagem. **Art. 18** - Processo de retirada de itens inativos do acervo, o desbaste é um processo contínuo e sistemático para conservar a qualidade da coleção, que ocorre devido à necessidade de um processo constante de avaliação da coleção. Este procedimento tem como objetivo otimizar o espaço físico do acervo, fazendo com que materiais sem uso ou de pouco uso possam dar lugar a materiais mais demandados. Deve ser feito de acordo com as necessidades das Bibliotecas do IFSULDEMINAS, com as participações dos docentes. O desbasteamento é realizado após criteriosa avaliação levando-se em conta: I. exemplares que não tenham sido consultados ou emprestados nos quatro últimos anos serão retirados do acervo, deixando-se apenas um exemplar, após a consulta do coordenador do curso, se o acervo se referir às bibliografias básica ou complementar; II. materiais que não estejam em bom estado de conservação: rasgados, manchados, com páginas ausentes ou com agentes bacteriológicos, deverão ser encaminhados para reparo ou restauro. e no art. 19, o desbasteamento poderá ser feito em duas etapas: I. remanejamento: é a transferência dos itens retirados do acervo para um depósito provisório; II. descarte: é o processo pelo qual, após ser avaliado criteriosamente, o material é retirado ou devolvido ao acervo. Seguindo no capítulo 20 fala-se sobre o descarte. A Biblioteca não poderá reter todo material adquirido ao longo de sua existência, por razões de espaço e manutenção da qualidade. A retirada definitiva de alguns materiais informacionais, não mais utilizados pelos usuários, ou em precário estado de conservação é imprescindível para a otimização do acervo. Fábio faz questionamento sobre o capítulo do desbasteamento que é a forma de desfazer dos livros didáticos, que não é responsabilidade da biblioteca, sugerindo que seja contemplado nos artigos 18, 19 e 20 que acabaria sendo um respaldo para o campi, pois sabemos que fazer o descarte dos livros didáticos é um grande trabalho. Fábio fala sobre o processo utilizado pelo MEC para a devolutiva via sistema sobre o uso ou não uso do livro didático, mas nem sempre é funcional, pois outras escolas nem sempre manifestam interesse. Beatriz, apresenta que já que o livro didático não faz parte do acervo, acredita que deveria se pensar em uma política própria para o livro didático. Solicitam apreciação dos demais sobre a questão. Marcel, do Campus Pouso Alegre, também fala sobre o processo de doação e desfazimento e questiona como seria o descarte das obras literárias? Fábio acolhe o posicionamento da Beatriz e diz que esta é uma sinalização para pensarmos como instituição sobre este descarte do livro didático. Rosimeire, reafirma o posicionamento da Beatriz e apresentado ser favorável à construção de uma política própria para o livro didático. Natália, também endossa o posicionamento da Beatriz e Rosimeire, e afirma que os livros literários do PNLD são incorporados pela biblioteca e devem ser utilizados para os empréstimos. Márcia reafirma o posicionamento dos membros e agradece o compartilhamento de todos e da Natália sobre a utilização dos livros literários. Luiz Carlos fala sobre a necessidade de compartilhamento da experiência de quem já realizou o descarte dos livros didáticos numa linha de sustentabilidade. Marcel de Pouso Alegre, fala sobre o uso do sistema do FNDE, mas sua pouca efetividade, algumas vezes as escolas tinham interesse em fazer a troca em período vigente, mas não buscava. E o processo já realizado foi doação e reciclagem, mas orienta acesso ao sistema do FNDE que possui modelo de ofício garantindo que não foi utilizado para venda, mas entregue para doação e reciclagem e não para revenda. Márcia devolve a palavra para a Beatriz que agradece as contribuições de todos, que passa a falar sobre o capítulo do inventário constante no art. 23 que é a conferência dos itens que compõem o acervo da biblioteca, sendo também, um procedimento para certificar a integridade do referido acervo apoiado na Política de Desenvolvimento de Coleções. Seguindo pela avaliação que deve ser realizada periodicamente, sendo empregados métodos quantitativos e qualitativos a fim de assegurar o alcance dos objetivos da mesma. E uma mudança substancial foi sobre o orçamento constante nos art. 25 e 26. As Bibliotecas do IFSULDEMINAS receberão anualmente 3,5% do orçamento de cada *Campi* para atualização e ampliação do acervo, prioritariamente obras literárias. A contratação de bibliotecas virtuais, normas da ABNT, Repositório Institucional e serviços de manutenção e suporte do sistema de gerenciamento do acervo fica a cargo da Reitoria que destinará recurso da Pró Reitoria de Ensino (PROEN), sendo o contrato gerido pela Pró Reitoria de Administração (PROAD). As obras que fazem parte do PPC dos cursos serão adquiridas com recursos específicos, haja vista, que a manutenção de um curso demanda a aquisição de todos os títulos indicados como referências básica e complementar das disciplinas, no quantitativo referendado pelo NDE juntamente com a biblioteca. Luiz pede a palavra para comentar sobre o recurso, ele informa que precisa alinhar com a PROAD sobre a fonte do recurso, pois não há recurso específico para essa ação. Rosi comenta que esse recurso previsto no parágrafo já estava previsto desde a resolução de 2024. O que foi acrescentado foi a forma de usar o recurso. Luiz pede que seja explicado como tem sido a questão desta previsão do artigo. Natália esclarece que no campus de Carmo de Minas tem sido destinado esse valor pela Diretoria de Administração e Planejamento. Esse valor é pouco para aquisição de livros, em especial, acervo literário. Ela destaca a importância desse investimento ser mantido. Ela é favorável que se mantenha o texto, dada a importância da aquisição dos livros literários. Beatriz informa que os 3,5 % não foram passados à biblioteca. Ela acredita que tem que melhor estruturar para atender às compras dos livros literários. Natália, informa que em Carmo esse

valor é utilizado para a compra de livros literários, em especial àqueles previstos para os vestibulares. Bruno destaca que por muitos anos não conseguiram cumprir o previsto, dada à realidade orçamentária do campus. Ele vai ao encontro do proposto pelo Luizinho. Ele acredita que é necessário um arranjo interno, pois esse percentual, para campus avançado, que não tem autonomia e entende que é necessário um arranjo. Ele também, questiona o “deixar prioritariamente para aquisição de livros literários”, ele sugere que deveria ficar mais livre para aquisição de outros tipos de livros e imobiliário, por exemplo. Natália informa que essa discussão também surgiu nas discussões internas. Eles entendem que a infraestrutura da biblioteca é responsabilidade do campus e não da própria biblioteca. Márcia destaca sobre o parágrafo único que trata da biblioteca virtual, ABNT, repositório. Ela informa que já há anos esses itens são custeados pela própria reitoria do discricionário do reitor. Ela sugere que seja retirado que será destinado recurso para Proen, pois é um orçamento que vem do discricionário do reitor. Marcel apresenta uma dúvida compreende que a biblioteca não tem que prover a infraestrutura, mas as dificuldades financeiras que se nos impõem são muito grandes. A dúvida dele é sobre os critérios para aquisição de acervo e se seria possível incluir mais um item que tratasse de limitações físicas. Ele cita que há cursos que têm atualizações em algumas disciplinas que necessitam de aquisição de livros que precisam ser adquiridos. Beatriz informa que uma das leis da biblioteconomia diz que a biblioteca é um organismo em crescimento. Por isso, se faz necessário avaliação rotineira por conta da limitação física que toda biblioteca está sujeita. Ela acredita que não caberia neste capítulo. Rosi concorda com Beatriz e complementa que foi uma ação que a própria biblioteca do campus de Pouso Alegre fez, foram avaliadas duas áreas da biblioteca que tinham obras de baixo uso. Após o levantamento, junto com a gestão do campus. Depois da aprovação da doação dos livros foi disponibilizado para as bibliotecas da rede. Essa ação objetivou o aprimoramento do uso espaço da biblioteca. Ela destaca que a PROAD trouxe a unificação das compras e foi possível que as outras bibliotecas puderam ver se esses livros seriam úteis, dispensando a compra dessas obras. Aidalice informa que foi contemplada na fala dos colegas. Bruna coloca que não se sabe se esses aspectos envolvem orçamento, por mais que já estivessem previstos no documento anterior, se foram discutidas com pessoal diretamente envolvido, como DAP, DG, pró-reitores. Ela entende que esses atores devem ser ouvidos durante a tramitação do documento. Ela não é contrária e entende que são questões importantes, porém ela entende que devam ser viáveis para execução na prática. Trazendo para realidade do Campus Passos, eles têm orçamento apertado. Ela destaca que os problemas maiores que enfrentam é que esse orçamento tem que ser de capital que por muito tempo não tem vindo. A inclusão dos sujeitos ligados ao orçamento vai ser importante para que se coloque o documento mais próximo do que vai ser executado na prática, a fim de esgotar dúvidas e assim colocar no texto de uma forma que seja executado na prática. Ela destaca que quando recebem emenda parlamentar eles conseguem atender compras de valor de custeio como das bibliotecas e sempre que possível até mais que 3,5%. A grande dificuldade é a não previsão de capital. Ela não sabe qual seria a instância que deveria ser consultada e envolvida nesta questão. Luizinho advoga algumas questões que entende serem relevantes. A primeira seria muito ruim retroceder no percentual sem que se tenha discussão profunda envolvendo atores não somente administrativos, mas também atores da atividade fim. Esse percentual já teve discussão no passado, pois já estava na resolução anterior. A questão que Bruna trouxe é que não tem a definição de qual é o recurso. É capital? É custeio? Ou é um percentual do total do recurso do capital que vem? Já o parágrafo primeiro trata de outro orçamento, pois o orçamento que está na íntegra é em relação à reposição. E ele entende que cabe cuidar desse valor, pois uma biblioteca sem atualização ela não acompanha, ela fica parada no tempo. É necessário fazer essa análise com frequência, compreendendo-se a importância da biblioteca no processo ensino-aprendizagem. Ele tem acompanhado visitas de avaliação de cursos e ouviu com frequência que a biblioteca é o coração institucional. Daí a importância de se colocar o recurso nela. O questionamento que ele fez quanto ao parágrafo único é no sentido de que para a Proen garantir esse recurso é preciso ela ter esse recurso e atualmente, o único recurso gerido pela PROEN é o da Assistência Estudantil o qual não prevê aquisição de livros. Já outras pró-reitorias têm recurso para suas ações. Ele vê que é muito necessário a discussão para a real implementação. Rosi informa que quando foi colocado “prioritariamente obras literárias” foi em decorrência de questionamentos do Ministério Público sobre temas como cotas, gênero, raça e outras diversidades. Foi visando esse objetivo que foi colocada a priorização das obras literárias voltadas a esses temas. Ela informa que estão abertos para a alteração do parágrafo único. Luizinho sugere que o texto do parágrafo único seja ajustado, pois a despesa em questão já é feita pela reitoria, não se trata de criação de nova despesa. Beatriz concorda com o ajuste. Dessa forma, foi aprovado pela alteração do texto, excluindo a seguinte parte: que destinará recurso da Pró-Reitoria de Ensino (PROEN). Quanto a porcentagem de 3,5 ele acha que deve ser mantida pois já existe na resolução anterior. Ele entende que não havendo condições para o cumprimento desse percentual é justificável como já tem sido feito. Bruna destaca que não se trata do percentual. A preocupação é a não participação dos atores ligados ao orçamento. Ela não se sente confortável em discutir assuntos orçamentários sem a participação deles. Ela não acha que deva ser redução do percentual, mas sim que as questões orçamentárias sejam tratadas com sujeitos aptos com a questão. A alteração do parágrafo foi aprovada. Fábio sugere que a presidência da CAMEN ou do pró-reitor faça contato com a PROAD para tratar das questões. Ele entende que a câmara poderia prosseguir com o documento e

esses sujeitos serem inseridos na discussão. Ele sugere que se retire o texto, o que foi destacado no parágrafo único. A câmara foi favorável. Bruna concorda com as propostas de continuar com o documento. Ela é favorável que fique registrado que esses sujeitos sejam envolvidos, talvez em ações paralelas. Bruno também é favorável que o documento seja encaminhado para o CEPE e ao CAP para que os DAP tenham ciência do documento. Luizinho acha que se for encaminhado ao CAP o documento precisa voltar para a câmara e ela encaminha o CEPE. Foi cogitado o envio ao CAP mas a dificuldade temporal não permitiu a ideia. Bruno retira a sugestão de enviar ao CAP, ele sugeriu que os DAP fossem informados para que pudessem participar do CEPE, ele não vê motivo para travar o documento. A preocupação é que o documento seja aprovado e implementado. Bruna concorda com a ideia do Bruno. Mateus sugere que seja enviado um ofício da CAMEN enviado a todos os DAP informando do documento que foi tramitado na CAMEN e assim fica um lastro da informação. Márcia propõe fazer o ofício e compartilhar com todos os membros e sendo aprovado será encaminhada em nome da CAMEN aos DAP e Pró-reitor de Administração. Beatriz comenta sobre o último capítulo que trata dos termos, que constam nos anexos. O documento chegou no final, Fábio a inclusão do artigo 28. “**Art. 28.** Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando expressamente a Resolução CONSUP nº 31/2014 e demais disposições em contrário. Passou-se para o Regimento do Sistema de Bibliotecas do IFSULDEMINAS, Resolução CONSUP 016/2013. Rosimeire apresentou o documento esclarecendo que a definição da participação das três bibliotecárias foi definida pelo grupo. Ela contextualiza que o documento traz o funcionamento das bibliotecas. Informa também que a sigla SIBI passou a ganhar a letra I conforme tem sido usado por outras bibliotecas. Ela aponta alguns artigos que foram apenas alinhados à nova realidade estrutural dos campi. A definição da coordenação geral de bibliotecas e definição da coordenação da biblioteca dos campi. Ela esclarece que de acordo com a Lei 4.04/1962 que define a necessidade de ser um bibliotecário documentalista. Tratou-se também da questão da jornada de trabalho. Os bibliotecários optaram em prever a jornada de trabalho flexibilizada pois atende a previsão legal. Os membros discutiram o assunto, pois julgaram desnecessário, uma vez que a própria regulamentação da flexibilização da jornada de trabalho cuida do assunto. Foi retirado do texto. Rosi prossegue com a apresentação das alterações do documento. Fábio questiona o limitador da hora de cursos de curta duração e a permissão de retirar o livro, por meio de empréstimos. Será permitido o uso da biblioteca virtual e uso dos livros físicos somente na biblioteca para estudantes que realizam cursos de curta duração. A alteração foi aprovada. A CAMEN aprovou toda a alteração. Márcia pede que o histórico de alteração acompanhe o processo para ser encaminhado ao CEPE. Passou-se a palavra para Natália que contextualizou a criação do documento. Ela informa que já é a terceira tentativa de elaboração do manual que é uma exigência da avaliação de cursos pelo INEP. Ela informa que cada biblioteca utiliza seu próprio manual. O objetivo é padronizar o manual para toda a instituição e a padronização das publicações dos trabalhos acadêmicos e a padronização dos trabalhos que serão inseridos no repositório institucional. Ela informa que o manual segue a norma da ABNT e foi consolidado para que seja uma linguagem menos tecnicista. Rosi complementa que esse documento entre 2018 e 2019 foi constituída uma comissão que tinha um representante de cada campus e estava sob a responsabilidade da PPPI. Ela informa que o documento foi atualizado. Rosi destaca que é um orientativo e não tem caráter obrigatório. Mateus questiona que o documento não passou no campus, com professores de metodologia. Nathália, que é professora de metodologia, entendeu que o objetivo do documento é padronizar os trabalhos acadêmicos dos estudantes. Ela destaca que boa parte dos gêneros textuais, que os estudantes estão produzindo, não foi contemplada no documento. Cita como exemplo que a monografia e o artigo tem caído em desuso nos cursos em decorrência da dificuldade dos estudantes. Ela destaca que principalmente nas licenciaturas, eles têm optado por sequência didática, relato de experiência, resumo expandido. Ela entende que é preciso primeiro entender que gênero textual os alunos estão produzindo. Ela verificou no documento itens que precisam ser revisados, por exemplo, TCC não é um tipo de trabalho acadêmico. O que se chama de TCC são as várias modalidades de gêneros textuais acadêmicos que são usados como um TCC. Desta forma, um TCC pode ser feito em formato de monografia, artigo, dissertação, tese, relato de experiência; e isso é definido pelo colegiado de curso. Ela entende que é um documento muito importante e entende que cabe uma discussão maior da comunidade, pelo menos de coordenadores de cursos. Rosi destaca o que foi falado e lembra que no campus Poços contou com a participação da professora Lorena. Ela lembra que havia a participação dos professores de metodologia dos campi, juntamente com as bibliotecas. O que foi feito foi somente adaptar às normas da ABNT. Fábio contrapõe, informando que tem apreço por esse tipo de manual e pensa que a instituição precisa deste manual, como orientativo e não uma exigência. Ele entende que o grosso do documento compõe o trabalho dos bibliotecários dado sua formação, sabendo que outros profissionais, como os professores também conhecem o assunto, mas destaca que são os bibliotecários que possuem maior aprofundamento. Ele questiona se deve discutir o documento com outros atores, deveria ser um número reduzido, pois um grupo ampliado não consegue avançar. Ele sugere que a constituição desse grupo seja mais restrita para que o documento avance. Mateus concorda da importância do documento. Mas entende que é preciso que todos leiam o documento antes da aprovação. Eles já responderam à Ouvidoria com problemas de TCC e biblioteca. Ele acredita que o documento não esteja maduro para passar por aprovação, pois é um documento que impacta nos campi. Ele entende que o documento deve voltar para os campi. Luizinho reflete que o



documento está em discussão já há muito tempo e que não é possível avançar se voltar à base. Ele é favorável que se constitua uma grupo para, juntamente com os bibliotecários, se discuta o documento dentro de prazo definido e não se estenda muito o tempo dessa análise. Natália Rodrigues entende que o documento foi elaborado seguindo a todo tempo a ABNT e em consulta com os bibliotecários que fazem a catalogação dos materiais como produto de conclusão de curso, os tipos de trabalhos acadêmicos que compõe o manual são aqueles que têm sido produzidos e entregues às bibliotecas como produto de cursos. Ela rebate a fala da colega Nathália, pois ela não entende que o artigo tenha entrado em desuso. Ela entende que o artigo é o meio em que a informação se atualiza de forma mais rápida para os usuários finais. Isso foi visto de forma notória na pandemia, quando pequenas pesquisas e publicações que se sabia sobre a COVID e foi propiciando a criação da vacina. Ela entende que o artigo é ainda usado como produto de final de curso, a exemplo do campus Carmo de Minas. Nathália entende que sua fala foi colocada fora do contexto, pois ela falou que está caindo em desuso como produto de trabalho de conclusão de curso no IFSULDEMINAS. Ela destaca que esse assunto é objeto de pesquisa fomentada pelo instituto na qual ela é coordenadora. Ela não afirmou que não se estão produzindo mais artigos no meio acadêmico, muito pelo contrário, pois seria incoerente. O que ela afirmou é que cada dia mais se tem outros formatos de TCC sendo usado em substituição ao artigo, dada a complexidade dos artigos, para estudantes produzirem em tão pouco tempo. Cada vez mais outras modalidades estão sendo produzidas em vez do artigo. Outra questão levantada por ela, é que infelizmente boa parte dos TCC, independentemente em qual seja o formato que ele esteja sendo produzido, não está indo para as bibliotecas da instituição. Talvez haja lacunas no levantamento feito. Ela acredita que será necessário fazer um levantamento, principalmente, com os coordenadores de cursos para entender quais são as modalidades de TCC que estão sendo produzidas. Ela pede desculpas para a Natália Rodrigues caso não tenha feito se entender na sua fala. Ela reafirma que não falou que artigos produzidos academicamente no Brasil, no mundo, no cenário científico, mas apenas como sendo produtos da instituição como forma de TCC. Márcia destaca a sugestão de constituição de GT com membros dos campi para que o documento seja novamente discutido. Ela pergunta à câmara se são favoráveis a esse encaminhamento ou pelo prosseguimento do documento. Fábio acha que devemos ouvir os bibliotecários sobre a percepção deles sobre a composição do GT. Beatriz entende que o assunto é importantíssimo e é preciso deixar claro que o documento consiste em orientações para a elaboração de tipos de trabalhos acadêmicos que estão contidos no manual. Luizinho destaca que precisa de ser uma discussão breve e não de longo prazo. Ele entende que se encaminharmos o documento sem a discussão pode ser difícil depois para implementação. Rosi pergunta para Nathália se os TCC não estão sendo publicados. Nathália informa que na biblioteca de Poços não estão sendo publicados. Rosi informa que os documentos estão chegando por meio de processo, mas não estão sendo publicados. Rosi disse que essa questão surgiu pois na busca pelos trabalhos da pós que já foram defendidos, porque os trabalhos não estão sendo publicados. Nathália esclarece que o assunto foi objeto de celeuma no campus. No caso do mestrado era para ir para o Observatório PROFEPT mas não têm mais acesso. Ficou definido que serão publicados na página do mestrado, será uma espécie de repositório, mas não há definição sobre os TCC de lato sensu, de graduação e ainda é preciso definir parâmetros. Natália Rodrigues destaca que o manual é urgente pois impacta nessa publicização. Chegam trabalhos que já passaram por aprovação que não atendem questões como plágio, fuga das normas e acaba não sendo possível a publicação. O manual irá ajudar para conscientizar a todos para orientar os professores. Ela informa que dissertações e TCC são colocados no Pergammum, mas alguns não são possíveis de serem inseridos. Ela entende que há outras questões ainda a serem discutidas e definidas como a questão de onde os trabalhos serão publicizados. Márcia destaca que a importância do documento não está sendo discutida, o que está sendo sugerido é que se dê um passo atrás no sentido do documento passar por um GT representativo, conciso e rápido para que depois possa lograr êxito em sua implementação. Beatriz, Rosi e Natália Rodrigues se manifestam favoráveis pela constituição do GT. Passou-se para a definição do formato do GT, Márcia sugere que todos os bibliotecários deveriam constituir o GT e mais dois representantes por campus que de fato levem o documento ao conhecimento dos colegas. Ela pergunta qual a opinião da câmara. Ele entende que também deve ter representação da gestão e também da reitoria. A proposta foi aceita por dois representantes do campus e o envio deve ser até na próxima quinta-feira. Luizinho acredita que independente de quando será a próxima reunião da CAMEN os nomes devem ser enviados rapidamente. Natália Rodrigues sugere que sejam estabelecidas datas. Luizinho entende que ao definir o GT, esse GT definirá como será a apresentação. Márcia agradece a participação das bibliotecárias. Márcia solicita a continuidade da reunião para análise dos calendários, que de costume tem uma dinâmica rápida, e se todos concordarem daria continuidade aos trabalhos. Com a concordância de todos, o trabalho prossegue, iniciando pelo Calendário de Carmo de Minas com o Gustavo. Enquanto o prepara a apresentação, Márcia apresenta a solicitação da CPA para prever nos calendários as datas de avaliação da CPA. Os membros se manifestam favoravelmente e a ação será encaminhada com as datas previstas para todos. Gustavo, inicia apresentando que o calendário de Carmo de Minas é único para cursos técnicos e superior. As aulas têm previsão de iniciarem após o carnaval em 19 de fevereiro com reunião de planejamento na semana anterior. No primeiro semestre terão 2 sábados letivos e encerrará no dia 09/07 com retorno previsto para 9 de julho com 4 sábados letivos. A previsão de término é 9/12 com exames finais previstos para 10/12. O GT

PROEN propôs algumas orientações e a adequação foi realizada pela equipe do campus. A Márcia agradece a Gustavo e Mateus fez uso da palavra elogiando o calendário. Solicita compartilhamento do Gustavo sobre a forma de votação por dizer na ata sobre a participação democrática da comunidade acadêmica que como explica o Gustavo, por meio de assembleias após construído por uma equipe com servidores de diferentes setores com convite para participação de pais e alunos para poderem opinar, além de disponibilizar no site para acesso de todos, só depois foi encaminhado para aprovado em assembleia por meio de manifestação favorável ou não. Após apresentação foi aprovado por unanimidade pelos membros da CAMEM. Márcia agradece ao Gustavo e passa a palavra para a Fernanda do Campus Inconfidentes dizendo que são 3 calendários, um dos cursos técnicos integrados, outro dos cursos técnicos subsequentes e um dos cursos superiores. As férias, sábados letivos, início e término coincide para todos os cursos. Os cursos iniciam em 5 de fevereiro e alguns sábados letivos, sendo 1 no primeiro semestre e 4 no segundo. O calendário foi construído por um GT que tem representação docente, discente e técnicos administrativos com base na legislação e encaminha para os seus pares com um formulário para consulta e também ao CADEM para sua análise e proposição de mudanças, se achar necessária. Período de matrícula, chamadas, entrega de diários de todas as etapas, previsão de entrega dos quadros de horários aos docentes e reuniões com a comunidade. A Márcia faz uso da palavra lembrando que a norma zela pela entrega de diários e notas dos alunos, mas que devem verificar como devem apresentar, lembra ainda que devem preservar a divulgação do horário em razão do uso dos alunos para solicitação de suas matrículas nas dependências. Fernanda lembra que quando há mudança, é com a concordância do aluno. Mateus intervém perguntando sobre a metodologia e a forma que fazem a aprovação e quantas pessoas votaram neste processo. Fernanda responde que não há assembleia, apenas representação de todos os segmentos por meio do GT. Quando chega no CADEM ele também tem representação, anos anteriores havia assembleia, mas era muito conturbado e acabava não acontecendo a aprovação. A mudança de metodologia, mesmo com a participação dos segmentos, é aberta para toda comunidade dar suas sugestões. Mateus agradece o esclarecimento, concorda com a metodologia e a participação por meio dos segmentos. Fernanda agradece e se compromete a fazer as adequações necessárias. Após apresentação foi aprovado por unanimidade pelos membros da CAMEM. Márcia orienta o encaminhamento da documentação e passa a palavra para a representante do câmpus Machado. Fabiana faz uso da palavra já dizendo que só para contextualizar, quando receberam orientação foi feito um convite a todos os servidores técnicos e docentes, montando um GT com para a criação dos calendários em duas versões. A Proposta do GT foi a criação de 2 calendários diferentes, um para o curso técnico integrado e um para os cursos subsequentes e graduação. O início das aulas foi um destaque, devido aos problemas de anos anteriores com os superiores, ficando o início do semestre para os cursos integrados no dia 05 e dos subsequentes e superiores dia 19. Outra mudança no calendário foi a distribuição de forma integral trimestral para os cursos técnicos integrados. Tem previstos 7 sábados letivos nos cursos subsequentes e de graduação e dos integrados somente um sábado. As sugestões de alterações foram acolhidos e outras justificadas como as questões coordenadas pela diretoria de ingresso para reingresso, transferências, etc e reuniões pedagógicas pela equipe do campus. Márcia justifica as cobranças que faz para as alterações, visto que a resolução do calendário prevê esse itens. Mateus parabeniza e agradece a Fabiana pelo calendário, e fala sobre a ata de aprovação do calendário pela comunidade, lembrando o percentual de aprovação e como foi realizado. Fabiana fala sobre as atas apensadas no drive e a criação do GT, e após as duas opções criadas, o formulário foi enviado de forma eletrônica para votação e não foram realizadas assembleias. Houve um total de 175 respostas de alunos, docentes e técnicos. Após apresentação foi aprovado por unanimidade pelos membros da CAMEM. Márcia orienta o encaminhamento da documentação e passa a palavra para a representante do câmpus Muzambinho. Hugo faz uso da palavra apresentando que o início das aulas foram previstas para o dia 19 após o carnaval, iniciando apenas com a semana de planejamento anteriormente. É uma lógica adotada já que tem uma semana de recesso de carnaval na cidade de Muzambinho e não faz sentido chamar os alunos para o alojamento. São 5 sábados letivos já estabelecidos e finalização do semestre dia 05/7 com retorno dia 30/07. No segundo semestre tem 6 sábados letivos já estabelecidos. Em relação às orientações do GT da Diren, foram incluídas as datas de entregas dos diários e notas. Já foi incluso a data de formatura extemporânea, uma data já prevista, a avaliação da CPA - todos os pedidos já foram acatados e integram o documento. Encerramento dia 16/12 fechando tudo até 19/12. A proposta foi enviada para lista de email de todos os servidores, ocorrendo correção após retorno dos docentes e técnicos administrativos e aos estudantes pelos representantes de turmas ficando uma semana para que ocorresse o retorno que foi votado. Mateus intervém, perguntando quantas pessoas estavam presentes na assembleia e Hugo responde que forma em torno de 80 pessoas. Márcia agradece e após apresentação foi aprovado por unanimidade pelos membros da CAMEM. Márcia orienta o encaminhamento da documentação e passa a palavra para a representante do câmpus Passos. Bruna faz uso da palavra apresentando o calendário que é único para todos os cursos já que o corpo docente atua em mais de um nível de ensino. Foi criada uma comissão de elaboração do calendário composta por vários segmentos e setores responsáveis para elaboração de proposta de calendário, pelo menos duas. As duas propostas foram enviadas para a votação via formulário eletrônico e não foi realizada assembleia presencial. Os docentes têm férias até dia 02/02 e depois tem a semana de planejamento e

as aulas iniciam em 19/02 para todos os cursos. São 10 sábados letivos, 3 no primeiro e 7 no segundo. O semestre encerra dia 11/07 e inicia dia 30/07. Muitos sábados pensando em atividades com a comunidade. O semestre encerra em 18 de dezembro e na sequência as finalizações com conselhos. Foram acolhidas as indicações. Márcia agradece e após apresentação foi aprovado por unanimidade pelos membros da CAMEM. Passa a palavra para o Mateus, sobre a metodologia utilizada. Contempla todos os segmentos para a construção do calendário e os discentes participam por meio do CADEM e atualmente não faz assembleia presencial. O formulário foi respondido por 59 pessoas. Márcia orienta o encaminhamento da documentação e passa a palavra para a representante do câmpus Pouso Alegre. Marcel faz uso da palavra apresentando o calendário no formato trimestral com início das aulas em 06/02, com férias de 30 dias em janeiro. Tem 8 sábados letivos, 3 no primeiro e 5 no segundo semestre. Foram acatadas as orientações do GT Diren, data de cerimônia de certificação técnica, como colação de grau, que foi imediatamente orientado pela Márcia como deveria ser realizado o registro. As datas de entrega de TCC estão sob consulta com os coordenadores para a mesma data. O período de matrícula deve ser registrado no calendário e as três chamadas do vestibular. Houve interação pelos membros sobre a necessidade dos registros das chamadas no calendário, Marcel se posiciona sobre a não necessidade e Márcia deixa bem aberta a discussão visto que a norma está antiga com necessidade de atualização. O processo é realizado com a comissão de docente e técnicos administrativos, com as propostas a oitiva é realizada pelos diferentes segmentos e também via CADEM. A votação é realizada via formulário eletrônico. Márcia agradece e após apresentação foi aprovado por unanimidade pelos membros da CAMEM. Passa a palavra para o Bruno do Campus Três Corações, que apresenta o calendário, lembrando do avanço que tiveram com 3 dias de planejamento iniciais. No primeiro semestre consta dois sábados letivos e no mês de julho foi desejo da comunidade que tivesse 3 semanas de recesso, uma semana em outubro e o 7 de setembro é contado como dia letivo e encerra o ano em 16 de dezembro com conselho de classe e entrega de resultados. Contempla todos os segmentos para a construção do calendário. Foram acatadas as orientações do GT Diren a respeito da data de entrega de pasta de estágio e o período de matrícula que a secretaria acha interessante colocar. Mateus pergunta sobre a metodologia utilizada, Bruno responde falando que é convidada toda a comunidade acadêmica na construção, quando pacífica uma primeira versão ela é votada pela assembleia que foi on-line. Após aprovada na assembleia, passa para o CADEM que tem as representações e faz uma votação formal. Márcia faz intervenção falando sobre as férias letivas dos docentes e orientando sobre o registro. Agradece a todos pela presença, a riqueza das discussões, lembra do registro das datas da avaliação da CPA e não havendo mais questões a serem levantadas, a reunião foi finalizada.

Documento assinado eletronicamente por:

- Marcia Rodrigues Machado, DIRETORA DE ENSINO - CD3 - IFSULDEMINAS - DE, em 12/12/2023 17:24:12.
- Samuel Santos de Souza Pinto, COORDENADOR(A) DE CURSOS - FUC1 - POA - POA-CURSOS, em 12/12/2023 17:41:11.
- Geraldo Gomes de Oliveira Junior, COORDENADOR(A) DE CURSOS - COO - MUZ - SEGTRMUZ, em 12/12/2023 17:42:54.
- Thiago Alves de Souza, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 12/12/2023 17:47:08.
- Fernando Araujo de Andrade Sobrinho, COORDENADOR(A) DE CURSOS - FUC1 - PCS - CCTELETRO, em 12/12/2023 17:55:09.
- Luiz Carlos Branquinho Caixeta Ferreira, COORDENADOR(A) DE CURSOS - FUC1 - PCS - CCINFO, em 12/12/2023 17:58:18.
- Crisiane Rezende Vilela de Oliveira, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 12/12/2023 18:22:25.
- Paulo Cesar Domingues, COORDENADOR(A) DE CURSOS - FUC1 - PCS - CCTED, em 12/12/2023 18:47:32.
- Milene Dias Ferreira Magri, COORDENADOR(A) DE CURSOS - FUC1 - MUZ - TECENFSMUZ, em 12/12/2023 19:07:02.
- Aidalice Ramalho Murta, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 12/12/2023 19:10:55.
- Fabiana Lucio de Oliveira, Diretora de Ensino - CD3 - MCH - MCH-DEN, em 12/12/2023 19:29:29.
- Enéas Sperle Mathias Conde Neto, 202311620012 - Discente, em 12/12/2023 20:14:43.
- Sabrina Rodrigues Sousa, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 12/12/2023 20:46:11.
- Yull Heilordt Henao Roa, FUC1 - PCS - CCTEL, em 12/12/2023 20:48:31.
- Luiz Carlos Dias da Rocha, PRÓ-REITOR DE ENSINO - CD2 - IFSULDEMINAS - PROEN, em 12/12/2023 21:35:29.
- Vania Cristina Silva, COORDENADOR(A) - FG1 - MUZ - MUZ-SRE, em 13/12/2023 07:37:30.
- Andrea Margarete de Almeida Marrafon, PEDAGOGO-AREA, em 13/12/2023 09:32:41.
- Jose Roberto de Carvalho, COORDENADOR(A) GERAL - CD4 - IFS - CGPD-INC, em 13/12/2023 10:23:46.
- Bruna Barbara Santos Bordini, DIRETORA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - CD4 - PAS - DDE, em 13/12/2023 10:54:17.
- Bruno Amarante Couto Rezende, DIRETOR(A) - CD4 - TCO - DDE, em 13/12/2023 12:42:47.
- Luciana Maria Vieira Lopes, COORDENADOR(A) DE CURSOS - FUC1 - MUZ - ENGAGRMUZ, em 13/12/2023 12:58:08.
- Paulo Muniz de Avila, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 13/12/2023 13:23:59.
- Evane da Silva, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 13/12/2023 13:40:13.
- Natalia Rodrigues Silva, BIBLIOTECARIO-DOCUMENTALISTA, em 13/12/2023 16:34:06.
- Maria Concebida Pereira, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 13/12/2023 16:55:43.
- Rosimeire Ribeiro, BIBLIOTECARIO-DOCUMENTALISTA, em 13/12/2023 18:51:48.
- Josue de Toledo, AUX EM ADMINISTRACAO, em 13/12/2023 21:03:52.
- Mateus dos Santos, DIRETOR(A) - CD4 - PCS - DDE, em 14/12/2023 08:35:20.
- Hugo Baldan Junior, DIRETOR - DIRETOR - MUZ - DE-MUZ, em 14/12/2023 10:54:42.
- Beatriz Aparecida da Silva Vieira, BIBLIOTECARIO-DOCUMENTALISTA, em 14/12/2023 14:33:09.
- Luiz Gustavo de Mello, DIRETOR(A) - CD4 - CDM - DDE, em 15/12/2023 19:30:16.
- Pamela Tavares de Carvalho, TECNICO DE LABORATORIO AREA, em 18/12/2023 08:07:12.
- EDUARDO HENRIQUE DUARTE DE OLIVEIRA, 202214480004 - Discente, em 20/12/2023 13:25:16.
- Thalita Ferreira Menegassi de Souza, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 21/12/2023 14:38:11.
- Fernanda Aparecida Leonardi, DIRETOR(A) - CD3 - IFS - DEN-INC, em 21/12/2023 17:03:49.
- Fabio Machado Ruza, TECNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, em 22/12/2023 12:57:16.
- Marcel Freire da Silva, DIRETOR(A) - DIRETOR - POA - DDE, em 08/01/2024 12:48:03.
- Marcela Lopes Gomes, TECNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, em 10/01/2024 09:45:26.
- Virginia Castro, COORDENADOR(A) - FG2 - TCO - LPA, em 17/01/2024 17:13:15.
- Sylvana Cardoso da Silva e Almeida, COORDENADOR(A) DE CURSOS - FUC1 - PCS - CCTA, em 29/01/2024 10:34:54.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 12/12/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsuldeminas.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 415746  
Código de Autenticação: e1802e7788

